

12 JUN 1983

Política econômica ou novela?

Econ - Brasil

Já tivemos oportunidade de manifestar preocupação diante do anúncio de um novo "pacote", no momento em que o Brasil precisa, na realidade, de uma política econômica bem definida, que certamente tem de ser proposta pelo Executivo, mas que, também, para ser eficaz, deve deixar margem a discussões na comunidade nacional. Com efeito, sem se obter certo consenso, não se pode esperar que uma nova orientação da política econômica possa dar resultado, uma vez que exigirá sacrifícios de todos, que devem ser bem avaliados e conhecidos para ser aceitos. Receamos, porém, que o governo esteja preparando um novo "pacote" somente "para o FMI ver" e que, em razão de compromissos políticos, não possa chegar a tomar certas medidas, sem as quais qualquer mudança de orientação, por ligeira que seja, apenas agravaria a crise atual.

Podemos convir em que o proble-

ma do déficit do setor público se aloja no cerne da política econômica, mas é preciso resolvê-lo com a preocupação não de melhorar as estatísticas, mas de criar condições para que se volte a uma taxa de crescimento razoável, diante das pressões sociais existentes. A retomada do desenvolvimento representa o desafio maior: não será conseguida automaticamente.

É provável que, nos próximos dias, o governo decrete, com o cerimonial costumeiro, medidas capazes de reduzir o déficit do setor público, que se fazem absolutamente necessárias. Mas essas medidas precisam ter caráter qualitativo, não apenas quantitativo. Sabe-se que o governo terá de rever toda a política de subsídios, decisão que tomará, aliás, dois anos depois de havermos insistido em que os subsídios teriam de ser fixados em função da taxa de inflação e não segundo valores absolutos.

Talvez os cortes nas despesas das empresas estatais atinjam antes as despesas com investimento que as de custeio, e isto poderia agravar ainda mais a atual recessão. Diante da pressão exercida pelos vários ministérios, provavelmente se optará por fazer cortes lineares. Seria essa a pior solução.

Embora a redução do déficit do setor público seja absolutamente necessária, é preciso preparar-se para suportar os efeitos inflacionários, bem pesados, que se seguirão às medidas tomadas. O problema é saber se esses aumentos irão refletir-se em todos os preços e se, por via da correção monetária, serão generalizados aumentos meramente setoriais. A Nação teria de ser chamada a responder a esta pergunta, que nos parece fundamental e cuja resposta talvez venha a ser dada somente pelo governo e um tanto tardivamente em

relação às medidas que concorrerão para elevar, de modo dramático, a taxa de inflação. Se isso acontecer, os reajustes impostos não surtirão nenhum dos efeitos esperados. Poder-se-iam suprimir os efeitos inflacionários dos subsídios dados ao trigo, por exemplo. Mas, se o aumento decorrente dos preços reais fosse plenamente transferido na correção monetária dos títulos do governo, o déficit do setor público continuaria sendo o mesmo: teria apenas passado da conta "trigo" para o item "dívida pública".

Uma política econômica digna deste nome não pode desdobrar-se, como uma novela, em múltiplos capítulos. O governo precisa conceber uma política harmoniosa, da qual todas as disposições sejam baixadas ao mesmo tempo. E tal política não poderia destinar-se apenas a agradar ao FMI e a arrecadar 416 milhões de dólares.